

'GENEROCIDADE'

EM DEFESA DO RECUO FRONTAL

Muito se tem dito a respeito do recuo frontal, apontando-o como grande vilão de nossa situação urbana atual. Para condená-lo, normalmente compara-se a qualidade de nossos espaços públicos e construções com o modelo das cidades tradicionais europeias onde o limite da quadra é definido pelas próprias edificações – todas com mesmo gabarito.

Mesmo admitindo o fascínio que tais cidades exercem sobre nós – materializações que são de unidade, ordem e organização social – se o que buscamos é melhorar nossa própria condição, o melhor caminho talvez seja não aspirar ao que nos é oposto ou ao que nos falta e sim olhar para nossas potencialidades, tirar partido delas para atingir uma qualidade urbana autêntica.

Nossa legislação urbana instituiu o recuo frontal como forma de garantir a ventilação e a insolação nas construções, uma reação frente à largura insuficiente das vias e calçadas da cidade. Devido à dificuldade política de estabelecer um controle de gabarito, foi uma medida adequada que evitou que a tendência à verticalização dos edifícios estrangulasse nossas ruas. O efeito colateral que não poderia ser previsto é que o recuo frontal se tornaria fronteira, barreira impenetrável servindo ao

isolamento e a segregação da população.

Suporte para a profusão de um aparato de segurança cada vez mais brutal, despuadorado e sem escrúpulos: grades, lanças, cercas elétricas, câmeras e arames farpados.

Mudanças na estrutura econômica e produtiva mundial, o êxodo rural e o crescimento descontrolado da cidade, associados ao aumento da desigualdade e dos problemas sociais ocorridos nas últimas décadas transformaram os espaços públicos, as ruas, em territórios de conflito, medo e abandono.

O recuo como interface entre a construção privada e o espaço da rua é reflexo de como a população sente e trata a cidade. Seu aproveitamento depende essencialmente desta relação. Se atualmente pode ser considerado um problema urbano, dadas certas condições sociais, poderia tornar-se também uma qualidade.

DIVERSIDADE ESPACIAL

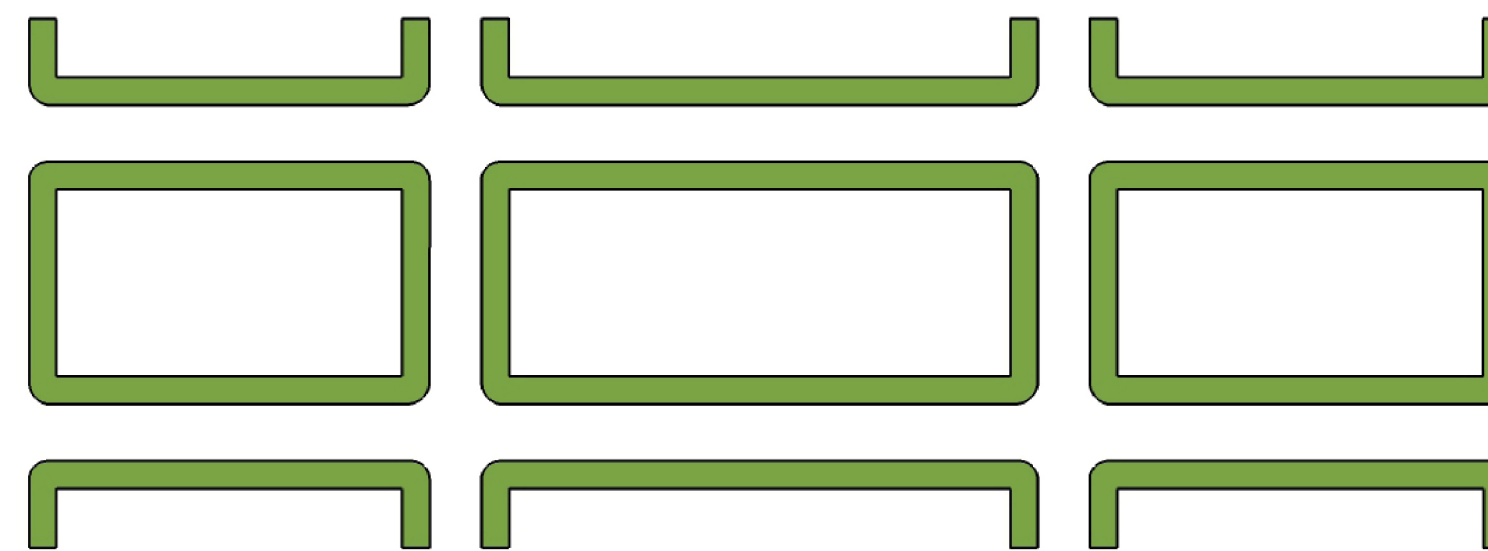
Nosso espaço urbano se insere em uma cultura cujas decisões individuais tendem a preponderar sobre os pactos coletivos, avessa a padrões e normas rígidas. Sem querer fazer qualquer juízo de valor, pode-se dizer pelo menos que nossa sociedade conformou-se com uma capacidade de acomodar dentro de sua ordem, certa variação sobre as regras.

A ausência de controle de gabarito e a instituição dos recuos deram a liberdade necessária para que se criasse a diversidade de tipologias construtivas que encontramos hoje na cidade, tanto dentro do mesmo bairro quanto na mesma quadra.

Diferentes alturas e alinhamentos em relação a rua, somados a uma topografia tão complicada quanto diversificada, formaram um ambiente extremamente complexo, caótico até, porém também extremamente rico.

O que se pretende defender aqui é que a falta de qualidade dos nossos espaços urbanos não decorre diretamente desta diversidade – admirada muitas vezes por outras culturas – e sim por outros fatores que tem a ver muito mais com condições sociais e econômicas que de regimento urbano. Falta investimento em manutenção e pintura dos espaços e edifícios, falta generosidade e acessibilidade na arquitetura devido ao receio da violência e miséria.

ANEIS DE GENEROSIDADE



Se o ideal modernista das torres altas com térreo livre, rodeadas por um contínuo espaço público falhou, dando lugar ao universo privativo dos condomínios fechados, talvez possamos resgatá-lo em parte com a faixa do recuo frontal.

Propomos tomar de volta para a cidade um espaço que em suma é completamente subutilizado e que é símbolo do egoísmo e da degradação ambiental que vem tornando São Paulo cada vez menos humana.

Imaginamos o conjunto somado dos recuos frontais como um cinturão verde e público, envolvendo as quadras, com largura e tratamento variando de lote para lote, conforme seu recuo, uso, topografia e porque não, criatividade e generosidade de seus usuários e projetistas. Nessa extensão artificial das calçadas seriam instalados bancos, floreiras, paraciclos, áreas verdes, etc. Os recuos públicos poderiam ser usados por cafés, bares e comércios vizinhos para instalar suas mesas e poderiam representar por fim um estímulo para o retorno das pessoas para a vida na rua. Um lugar para se sentar e conversar com o vizinho, ou para olhar o movimento das pessoas que passam.

Estes anéis de generosidade seriam a resposta contra a insuficiência do espaço de nossas vias públicas e a agressividade visual dos sistemas de segurança privados. Um ponto de partida talvez para uma reforma urbana total, incluindo um novo sistema de padronização de calçadas, estacionamentos, mobiliário urbano, enterramento parcial da fiação aérea, etc.

Temos consciência que a implantação de tais espaços implicaria necessariamente em questionamentos e na administração de conflitos, dado que teriam um caráter público, porém com posse e conservação privadas. No entanto insistimos que tal exercício, embora difícil, seria de fundamental importância na construção de uma nova cidadania.

